



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Secretário Regional da Presidência  
**Direcção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa**

**Conferência “Viver a Europa: o passado e o futuro”  
Sessão de Abertura  
Auditório da Aula Magna da Universidade dos Açores – Ponta Delgada**

Gostaria de começar por agradecer o honroso convite que me foi endereçado pelo Centro de Informação Europe Direct nos Açores para estar presente na sessão de abertura da conferência “Viver a Europa: o passado e o futuro” e de dirigir uma palavra de felicitação e louvor pela organização deste colóquio, bem como pela iniciativa de trazer a esta ilha - e, em particular, a esta casa - a exposição comemorativa dos 20 anos da adesão de Portugal à União Europeia.

Estou certo que a oportunidade da sua realização, o interesse e relevância do tema proposto e, acima de tudo, o profundo conhecimento dos oradores da realidade europeia, bem como a qualidade da exposição, são a garantia do sucesso desta iniciativa, que irá decididamente contribuir para a reflexão, conhecimento e visibilidade da União Europeia nos Açores.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Passados 20 anos da adesão de Portugal à Comunidade Europeia e 30 da implementação do regime constitucional da autonomia, viver a Europa nos Açores traduz-se, hoje como no passado, na total comunhão dos valores essenciais ao projecto de construção europeia: - a Paz, a Liberdade, a Democracia, o Estado de Direito, o Progresso e a União dos povos e Estados da Europa, no respeito pela diversidade e especificidades de cada região.

Sentir a Europa nos Açores constitui, assim, uma evidência inegável da vivência e cultura da nossa Região, presente nos mais variados aspectos da nossa realidade política, económica e social. A questão que se coloca prende-se, no entanto, ao nível da consciência da existência desta comunhão de valores com a União e que a Europa não se resume à obtenção deste ou daquele subsídio, deste ou daquele apoio.

As características próprias e únicas deste arquipélago – europeu, desde sempre, na geografia e no apego a valores de solidariedade que nos são tão caros – traduzem-se, assim, numa vivência muito própria e, por vezes, não tão consciente como se gostaria, para o cidadão comum, da participação no projecto de construção de uma Europa livre, justa, desenvolvida e solidária.

Para mais, o exercício de certos direitos básicos dos cidadãos da União Europeia adquire, entre nós, características e, por vezes, contingências que dificultam a consciencialização de que há mais na Europa do que regulamentos, directivas e quadros comunitários de apoio.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Secretário Regional da Presidência  
**Direcção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa**

Em primeiro lugar, para todos nós, a realidade insular e o distanciamento geográfico do continente europeu ( e entre as nossas próprias ilhas ) impõem-se no dia-a-dia e dificultam o exercício da mobilidade, que se pretende fundamental à construção da União Europeia:

- A liberdade de circulação de pessoas, de bens e mercadorias, enfim, a existência de um amplo mercado comum ( numa verdadeira união económica e monetária ) adquire aqui um carácter menos visível ao cidadão comum, na medida em que o mero desaparecimento de fronteiras entre os Estados não diluiu a separação física e as inerentes dificuldades logísticas e financeiras à movimentação.

Numa outra perspectiva, os Açores viram-se poupados à tragédia de guerras e disputas entre os povos europeus de dimensões e consequências, felizmente, inimagináveis para nós. Por isso também, a consciência e a vivência daquela que será a maior conquista do processo de construção europeia – a Paz na Europa – assume também, para o cidadão comum das nossas nove ilhas, uma compreensível menor atenção.

Poderemos assim dizer, desde logo, que viver e sentir a Europa, hoje, em comparação com 20 anos ou 50 anos atrás, tem certamente um peso e uma presença que não é, nem pode ser, de todo, entendida do mesmo modo pelas populações insulares...o que não significa - esclareça-se desde já – uma menor importância, presença e participação na União Europeia. Muito pelo contrário:

Embora vivendo em Paz, os Açores não se viram afastados de uma das maiores contingências e limitações que se podem impor a um povo: - o atraso no seu desenvolvimento económico, na qualidade de vida das suas populações, na justiça social.

É, precisamente, com o advento da Autonomia Político-Administrativa em 1976 e, 10 anos mais tarde, com a adesão do Estado Português à Comunidade Europeia que se dá o ponto de viragem: - a possibilidade de governo dos Açores pelos açorianos e o reforço dos apoios - nacionais e comunitários - para, no cumprimento dos valores fundamentais de justiça e solidariedade que se impõe, fazer face a décadas de atraso e poder rumar ao futuro e ao desenvolvimento.

É, assim, natural, que a realidade da União Europeia se sinta, em primeiro linha, nos Açores, pelo contributo - no esforço de coesão e solidariedade entre os povos europeus - ao seu desenvolvimento, manifestando-se, assim, ao dobrar de cada esquina, pelas infraestruturas e obras criadas com o apoio comunitário. Mas não só:

Se a realização de obra pública é a face mais visível - poderemos considerar – da Europa e da presença dos Açores no projecto de União, a mesma não se reduz, nem nunca se poderia reduzir, aos montantes que nos chegam de Bruxelas.

Por outro lado, a vivência da Europa - multicultural, unida na diversidade e respeitadora das especificidades de cada região - implica, para os poderes políticos, não só a luta constante para ultrapassar as dificuldades mas sempre, e acima de tudo, a defesa intransigente das nossas qualidades, dos nossos interesses e da nossa identidade.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Gabinete do Secretário Regional da Presidência

**Direcção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa**

Esta vivência - podemos chamar – açoriana da realidade europeia, deverá implicar, em primeira linha, a consciência da nossa tripla dimensão - insular, atlântica e ultraperiférica, à qual devemos acrescentar uma outra vertente e particularidade, de cariz político: - o sistema autonómico.

Esta vivência tão própria decorre, assim, em primeiro lugar, da localização e demais características naturais da região, que impõem, por si só, um tratamento diferenciado por parte da União Europeia e uma maior atenção ao seu espaço geográfico, desde logo, como fronteira ocidental da Europa que é.

Assim, a inserção atlântica não deve, nunca, ser esquecida – pela Região, por Portugal e pela União Europeia, como plataforma de ligação com a América do Norte, reclamando o reconhecimento dos Açores como um importante ponto geo-estratégico da Europa.

Uma perspectiva insular e atlântica da vivência europeia reflete-se, também, como não poderia deixar de ser, pela relação destas ilhas com o mar e a relevância geo-estratégica do seu espaço marítimo, desde logo aferida pela dimensão da sub-área da Zona Económica Exclusiva de Portugal, a qual, com uma extensão de 950 mil Km<sup>2</sup> - a maior da União Europeia -, amplia as fronteiras do espaço comunitário até próximo do continente americano.

Por outro lado ainda, a persistência, intensidade e acumulação no arquipélago dos Açores de uma série de condicionalismos específicos – de todos conhecidos, como a distância, o isolamento, a maior vulnerabilidade a desastres naturais - acabam por conferir à Região, no âmbito da União Europeia, o estatuto de “ultraperiferia” e justificar, de pleno direito, a existência um tratamento particular, por força do artigo 299 n.º 2 do Tratado CE, bem como de sentimento muito próprio acerca de actuação comunitária, nos mais variados domínios.

Não poderemos deixar aqui de fazer uma breve reflexão acerca do estatuto de ultraperiferia – parte integrante e fundamental da vivência açoriana da Europa, tantas vezes confundido com um mero meio para obter mais benefícios da União.

Não. O estatuto e a realidade ultraperiférica vão muito para além disso, contribuindo também, de um modo decisivo, para o enriquecimento cultural da Europa, para sua diversidade biológica e sustentabilidade ambiental, para o desenvolvimento da tecnologias inovadoras e para o posicionamento geo-estratégico da União.

Por isso, na sequência da posição açoriana, reflectida nas conclusões da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, devemos todos – instituições comunitárias, órgãos do Estado, da Região e cidadãos em geral - assumir uma nova pedagogia do conceito da ultraperiferia, de forma a que este seja entendido em toda a sua extensão, como processo contínuo e dialéctico de parceria com a União, na compreensão de que as regiões ultraperiféricas e o seu estatuto permitem não só uma maior justiça, um melhor desenvolvimento e respeito pelas nossas especificidades, mas contribuem decisivamente para a afirmação da Europa no mundo.

Finalmente, esta vivência insular, atlântica e ultraperiférica da União acaba por ser necessária e fortemente influenciada pela autonomia político-administrativa dos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Secretário Regional da Presidência  
**Direcção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa**

órgãos de governo próprio da região e pelo conseqüente papel e relevância da sua actuação em vários domínios da política da União Europeia.

Não somos ( e temos que ter consciência disso ) apenas uma pequena região no seio da Europa, com 240 mil pessoas num universo de quase 500 milhões e 2.350 km<sup>2</sup> numa área de mais de 4 milhões de Km<sup>2</sup>.

Pelo contrário, beneficiamos de um estatuto, tanto no sistema constitucional português, como na arquitectura institucional e jurídica da União, que nos permite ter a responsabilidade – e o optimismo – de termos o futuro nas nossas mãos:

-Temos instrumentos jurídicos que nos permitem modular e adaptar legislação europeia às nossas especificidades ( o denominado “estatuto ultraperiférico” ) e possuímos a capacidade política e legislativa para, com autonomia, traçarmos o caminho do nosso desenvolvimento.

- Para mais, fazemos ouvir a nossa voz, de pleno direito, nas instituições comunitárias, não só através do órgão representativo das entidades políticas de base territorial, o Comité das Regiões, mas também no Parlamento Europeu, na Representação Permanente e nos demais órgãos nacionais com competência nos assuntos europeus.

- Nas organizações europeias de cooperação inter-regional, pugnamos pela de defesa dos nossos interesses e especificidades, como na Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa e na Assembleia das Regiões da Europa, ou ainda noutros organismos, mais restritos - e, porque não, exclusivos – como sejam a Conferência dos Presidentes das Regiões da União Europeia com Poderes Legislativos e a Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia.

Todas estas realidades e instituições servem, não só como fórum de debate e cooperação, mas como veículos de transmissão das nossas posições junto das instituições comunitárias, em particular a Comissão Europeia.

Por outro lado, nunca será demais lembrar que os Açores pertencem a um reduzido grupo de regiões na União Europeia, pertencentes a apenas oito Estados-Membros, que têm capacidade político-legislativa, com órgãos de governo próprio e com um parlamento eleito por sufrágio directo.

Mais, somos detentores da capacidade de transposição de directivas da União Europeia e da responsabilidade de regulamentação e aplicação de fundos comunitários.

Viver a Europa, a nível político e das instituições de governo locais e regional no Açores, devem assim, significar a permanente defesa da nossa – e da União também – inserção insular e atlântica, bem como um exaustivo aproveitamento da construção jurídica e institucional, por um lado, do estatuto da ultraperiferia e, por outro, da nossa autonomia.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Secretário Regional da Presidência  
**Direcção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa**

E tem sido esta realidade – autonomia político-legislativa, aliada à solidariedade e apoios nacionais e comunitários – que nos permitiu, nos últimos 30 anos, mudar a face dos Açores.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

O momento que vivemos é, em variados níveis, histórico: ao terminar o vigésimo aniversário da adesão portuguesa à UE, bem como o trigésimo aniversário da nossa autonomia constitucional, iniciam-se as comemorações do quinquagésimo aniversário da assinatura do Tratado de Roma.

Saibamos todos nós aproveitar a oportunidade que as datas festivas nos dão para reflectir e transmitir aquilo que tem sido a vivência açoriana da Europa.

O ano que agora se iniciou é, não só pela comemoração da assinatura do Tratado de Roma, mas pelos temas prioritários que serão abordados, um período de profunda importância para a Europa e para os Açores em particular:

- o relançamento, pela Presidência Alemã, do debate sobre a ratificação do Tratado Constitucional;
- a Presidência portuguesa da União Europeia
- a discussão e o debate em torno da futura política marítima europeia
- o início da aplicação do novo Quadro Comunitário de Apoio

só para citar algumas áreas, representam momentos únicos, não só para a defesa e consagração do nosso estatuto e afirmação do nosso desenvolvimento, como permitem – no que aqui e hoje nos interessa - chamar a atenção e proporcionar o debate e uma maior consciencialização das questões europeias nos Açores.

Do mesmo modo, internamente, aguardamos com expectativa a revisão do estatuto-político administrativo da Região Autónoma dos Açores, que, desejamos todos, na sequência da última revisão da Constituição da República Portuguesa, consagre uma melhor clarificação e o reforço dos poderes regionais no âmbito dos assuntos europeus.

A verdade, é que para o cidadão comum, para quem não tem a responsabilidade e obrigação de defesa dos interesses regiões junto das instituições comunitários e nacionais, a vivência da União Europeia pode – aparentemente – reduzir-se a uma questão de montantes, de regulamentos, de directivas.

É, por isso, dever de todos nós, lutarmos para que a Europa seja, cada vez mais, vivida e sentida aqui nos Açores, conscientemente, como uma comunidade de valores, como um projecto de união de povos, em que a nossa Região faça valer as suas especificidades, a sua identidade e as suas capacidades.

Em suma, Viver a Europa nos Açores significa, hoje, como o era há 20 anos atrás e aqui, como o será em qualquer outra parte da União, continuar a fazer a Europa !!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Secretário Regional da Presidência  
**Direcção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa**

Devemos, ao fim e ao cabo, fazer nosso o vibrante e histórico apelo em favor da construção europeia proferido por Winston Churchill, em Zurique, há pouco mais de 60 anos: “ façamos Europa”.

Muito obrigado pela Vossa atenção...

Ponta Delgada, 12 de Janeiro de 2007

Rodrigo Oliveira